CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NA AGILIDADE DO PROCESSO JUDICIAL: EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE

Anthony Pedro da Silva Lucena

Acadêmico de Direito na UFCG

Rian Gomes do Nascimento

Acadêmico de Direito na UFCG

Resumo

Quando se ingressa na justiça, em casos delimitados, são apresentados os métodos alternativos de resolução de conflitos, alguns desses métodos é a conciliação e a mediação, ambos os métodos procuram tornar não só a justiça eficaz quanto a satisfação daqueles participantes ativos no processo, mas também a agilidade processual. Essa agilidade é garantia constitucional qualificada como princípio da celeridade, portanto, todo e qualquer processo precisa passar pela velocidade adequada, outros princípios como o da razoável duração do processo, também dita a condução dos processos por uma linha de prazo razoável. É com base das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, abarcada pela pesquisa qualitativa que será elaborada a pesquisa envolta da Conciliação e Mediação, buscando assentir a relação de efetiva e célere justiça por meio de métodos alternativos, intervencionado o sistema judiciário para o convencimento do uso desses métodos de resolução dos conflitos, além de impulsionar por meio da pesquisa, resultados que mostram como a implementação de normas para a criação de um sistema normativo mais célere, torna efetiva a satisfação pessoal dos agentes que se inserem na justiça, fazendo com que possam passar pelo sistema judiciário sem dificuldades e ressentimento da decisão judicial que fora tomada.

Palavras-chave: celeridade; mediação; conciliação.

Abstract

When entering into justice, in delimited cases, alternative methods of conflict resolution are presented, some of these methods are conciliation and mediation, both methods seek to make not only justice effective in terms of the satisfaction of those active participants in the process, but also procedural agility. This agility is a

constitutional guarantee qualified as the principle of celerity, therefore, each and every process needs to go through the appropriate speed, other principles such as the reasonable duration of the process, also dictate the conduct of processes within a reasonable time frame. It is based on bibliographical and documentary research techniques, encompassed by qualitative research, that the research on Conciliation and Mediation will be developed, seeking to establish the relationship of effective and rapid justice through alternative methods, intervening in the judicial system to convince the use of these conflict resolution methods, in addition to promoting, through research, results that show how the implementation of norms for the creation of a faster normative system, makes the personal satisfaction of agents involved in justice effective, enabling them to pass through the judicial system without difficulties and resentment of the judicial decision that had been taken.

Keywords: celerity; mediation; conciliation.

1 Introdução

O procedimento de ingressar na justiça e se obter um processo rápido e eficaz em que as partes se sintam realizadas quanto ao resultado, é inescrutável, visto que o andamento do processo é de certa forma lenta, esse entendimento é repassado por grandes doutrinadores e escritores que entendem a finalidade e importância da celeridade como norteadores da garantia de dignidade da pessoa humana em um processo, alguns autores ao relatar certa lentidão do poder judiciário conseguem dissertar a importância de métodos alternativos, como a mediação e conciliação.

Ao ingressar nos métodos alternativos de resolução de conflitos, são apresentadas as hipóteses de conciliação e mediação, esses dois métodos possuem diferentes aplicações, mas ambas convergem na rápida efetivação dos princípios de acesso à justiça, celeridade e dignidade da pessoa humana.

A importância de um processo célere, não é somente pelo papel do estado de garantir que os direitos da população em geral sejam reconhecidos, mas garantir que todo aquele que ingressar na justiça possa ter garantia de eficiência e de dignidade, fato que pode ser entendido como verossímil por qualquer que seja, além de

possuir reconhecimento das disposições legais, como as expressas na Constituição Federal de 1988.

O objetivo geral deste artigo se pauta na lubricidade de tornar o sistema judiciário brasileiro eficaz e célere, fazendo com que aqueles que acessam a justiça, possam passar pelo sistema judiciário sem as dificuldades, sem a amolação de encontrar mitigações em decurso do tempo ou da falta de saciedade quanto a busca de seus direitos.

Em objetivo específico, é regrado que o legislativo brasileiro possa tencionar a implementação de normas para a criação de um sistema normativo mais célere, com a efetiva satisfação pessoal dos agentes que se inserem na justiça cotidianamente, é assim que se pauta essa pesquisa, tornando de maneira positiva e participativa para a justiça brasileira.

Sob natureza da pesquisa pura ou básica que é, “orientada para o aprofundamento de um conhecimento científico que já foi estudado.” (Muniz, 2024). Desta forma é compreensível que “o pesquisador que faz um estudo com essa finalidade busca complementar algum aspecto ou alguma particularidade da pesquisa anteriormente feita.” (Muniz, 2024).

Interligando a temática abordada neste artigo, é possível observar que estudos científicos ou materiais aos quais serão analisados aqui, possuem um conteúdo que já foi anteriormente estudado e portanto esse estudo será aperfeiçoado para futuras aplicações expressadas nos objetivos.

Consistido pela pesquisa qualitativa no método exploratório, este artigo buscará incorporar as principais perspectivas de entendimento acerca de, como a mediação e a conciliação como métodos alternativos atingem diretamente o sistema judiciário quanto a agilidade dos processos judiciais, junto desse panorama a efetividade do princípio da celeridade é uma dos objetos que se devem ser avaliados durante a pesquisa como fonte de fundamento. Dessa forma, será utilizado, neste trabalho, as técnicas de pesquisa bibliográfico-documental, nas quais todos os objetos de pesquisa serão remetidos à análise.

Sendo documental aquilo que “O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (Severino, 2013, p. 106). E bibliográfica onde entende-se que “É toda forma de registro e sistematização de dados, informações,

colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador.” (Severino, 2013, p. 107). Serão constituídas nesse artigo as duas técnicas de pesquisa, juntas elas prosseguem na elaboração dos resultados que apresentam como conteúdo a agilidade dos processos judiciais que envolvam a conciliação e mediação.

2 Da inserção da conciliação e mediação

Ao realçar acerca do funcionamento e de como é determinada a forma que se chega a conciliação e a mediação, é considerável frisar, o surgimento e porquê estas modalidades de resolução de conflitos são projetadas como céleres diante da jurisdição, que pode ser vista como resolução comum de justiça, portanto, é importante entender como foram adotadas no sistema jurídico brasileiro.

A evolução e adaptações humanas são exemplos de que as condições aos quais os humanos se inserem também criam sistemas que proporcionam a facilitação dele no ambiente que está inserido, dessa forma a justiça também toma frente quanto às constantes mudanças que ocorrem na sociedade, com as mudanças e com o crescimento populacional é comum que o judiciário esteja anafado de processos. “Ocorre que esse excesso de litigiosidade, somados à precariedade estrutural, acabou fazendo da Justiça um espaço moroso e muitas vezes inefetivo para a realização do princípio constitucional do acesso à justiça, ocasionando uma verdadeira crise no Poder Judiciário”. (Ferreira, 2024. p. 3).

Para a solução dos conflitos no sistema judiciário, por exemplo, são requeridas frequentemente decisões rápidas, tanto que surgem as chamadas saídas alternativas para a inserção de um sistema mais rápido e eficaz de justiça. Diante desses requerimentos é feita a inserção do chamado Sistema Multiportas, esse conceito pode ser definido por Solano no seu abalizado trabalho intitulado “A crise do Judiciário e o Sistema Multiportas de solução de conflitos” de 2018.

O Sistema Multiportas é um modelo alternativo para solução de conflitos que prevê a integração de diversas formas de resolução dos litígios, sejam judiciais ou extrajudiciais. Por meio dele, o Estado conduz os litigantes para a melhor opção de resolver o conflito, a melhor porta, dentre as já citadas. Assim, para cada

tipo de conflito, deve ser adotada a via adequada à sua abordagem a partir da consideração de fatores como as intenções das partes, o perfil da controvérsia e as possibilidades inerentes a cada meio. (Solano, 2018).

O sistema multiportas é, em síntese, as diversas formas de resolução dos conflitos que divergem do poder da jurisdição, além de que também possam de alguma forma acrescentar um abordagem que escute os desejos e mitigações das partes envolvidas, levando possivelmente a um resultado mais proveitoso para as partes participantes do processo.

Ao destrinchar acerca do surgimento de novos métodos de justiça rápida e como os esses métodos se integrariam na justiça brasileira, Porto no trabalho intitulado “Mediação e Conciliação: da análise histórica e da evolução normativa no Brasil” em 2021 enfatiza esse surgimento.

[...] Os litígios são fenômenos presentes em toda trajetória civilizatória e em se tratando de uma sociedade cada vez mais estruturada, surge a necessidade de órgão que aprecie de forma justa e sentencie os litígios de maneira célere e humana. Por outro lado, nota-se que o Judiciário Brasileiro detém grandes números de processos estáticos, fomentando assim, um terreno fértil para o surgimento de injustiças.[...] (Porto, 2021, p. 6).

É plausível que os avanços que ocorrem na sociedade afetam diretamente na aplicação do direito, desde decisões mais humanas, quanto às decisões que são rápidas na busca da justiça, seguindo o pensamento de Porto, é possível exclamar que as resoluções de conflitos como a mediação e conciliação surgiram pela necessidade exacerbada que a sociedade presenciou de evoluir e assistir um sistema adequado às suas condições humanas¹.

Portando de alguns referenciais teóricos, Mauro Cappelletti² reflete em sua abalizada obra “Acesso à justiça” o quanto a qualidade da

¹Terminologia usada pelo autor para qualificar aquilo que é prestado com qualidade pela condição de ser humano.

²Mauro Cappelletti, foi um jurista e acadêmico italiano, que desenvolveu sua carreira na Universidade de Florença, no Instituto Universitário Europeu. Dentro da teoria jurídica, ele é considerado um proeminente estudioso do direito processual comparado, neste trecho se fala acerca de sua abalizada obra “Acesso à justiça”.

prestação da justiça deve ocorrer, seguindo dessa qualidade, Cappelletti faz um grande arrazoado acerca da conciliação o colocando como uma solução para as sobrecargas dos tribunais além dos custos.

Existem vantagens óbvias tanto para as partes quanto para o sistema jurídico, se o litígio é resolvido sem necessidade de julgamento. A sobrecarga dos tribunais e as despesas excessivamente altas com os litígios podem tornar particularmente benéficas para as partes as soluções rápidas e mediadas, tais como o juízo arbitral. (Cappelletti, 2002, p 31).

Inserido no sistema de justiça brasileiro, essas soluções particulares, para Cappelletti não só se mostram como benéficas para a celeridade do processo, mas demonstra que, processos em que ocorre a mediação e as partes participam efetivamente de suas escolhas, se sintam mais confortáveis com o resultado alcançado, pois gera o sentimento de autonomia em suas próprias decisões.

Ao mencionar a precisão de um meio alternativo, pode ocorrer eventos adversos a esses meios, acontecimentos esses que estão ligados a não participação ou a rejeição do modelo de resolução, pela crença de que tal modalidade não possua tanta ênfase resolutiva em comparação a jurisdição. Esses eventos adversos podem ser entendidos como “Fuga da Autocomposição”³.

O novo Código de Processo Civil brasileiro de 2015, começa a tratar das soluções consensuais dos conflitos logo no § 2º do art. 3º, destrinchando que “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.” (Brasil, 2015). É subentendido que o legislador quando procurou elaborar tal norma pensou em como promover a solução consensual dos conflitos poderia de alguma forma desafogar o sistema judiciário.

Adiante, é possível ver no § 3º ainda do art. 3º, a explicitação de como tais métodos de resolução dos conflitos não só deverão ser estimuladas pelo estado mas segundo o § 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial. (Brasil, 2015).

³Sigla usada para o Código de Processo Civil.

Ao compartilhar do mesmo entendimento, Koury⁴ no seu trabalho intitulado *mediação e conciliação no novo código de processo civil - seus desdobramentos no direito processual do trabalho*, explicita que essa implicação dos métodos consensuais no CPC⁵, se tomou de certa forma proporções de princípios processuais constitucionais fazendo com que o estado imponha sempre que possível essas modalidades. Fixa a solução consensual como norma fundamental do processo, no mesmo patamar dos princípios processuais constitucionais, impondo essa modalidade de solução de conflito como prioridade para atuação do Estado. (Koury. 2016. p 4).

Ao fazer a diferenciação entre suas particularidades e quando são usadas em diferentes hipóteses, o texto normativo do código de processo civil consegue fazer essa distinção e também uniformizar a organização, no art. 165, dispõe que “Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição. (Brasil, 2015).

É claro que o caput do artigo trata da organização que os tribunais tomarão para as conciliações e mediações, além de reafirmar que esses espaços deverão estimular a solução por meio desses métodos alternativos, adiante são retomadas as principais características nos parágrafos do artigo, no § 3º, é explorada quando usada a mediação.

§ 3º O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos. (Brasil, 2015).

⁴É o conflito de interesses que leva à instauração de um processo judicial. A lide é o elemento fundamental que orienta a condução e resolução do processo.

⁵A sigla significa “Resoluções de conflitos online” é a resolução de litígios, que são comuns nas vias judiciais, feitas de forma virtual, pelos meios digitais, procurando garantir celeridade e efetivação da lei. O autor, nessa ocasião, menciona a terminologia como novo meio de integração da tecnologia na justiça brasileira.

Em síntese, a mediação será usada nos casos em que as partes possuam um vínculo anterior a lide⁶, dessa forma, a justiça disponibiliza a figura do mediador que ajudará na facilitação do conflito das partes. “Este método demanda um conhecimento mais aprofundado do terceiro, com referência à inter-relação existente entre as pessoas envolvidas em conflito. É bom lembrar que ela não visa pura e simplesmente ao acordo, visa sim atingir a satisfação das motivações das pessoas”. (Neto, 2011, p.3).

Adiante o parágrafo anterior §2º, destina o conceito acerca da conciliação e também da diferença que há no funcionamento entre a mediação e a conciliação. §2º O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes possam conciliar. (Brasil, 2015).

Já Neto (2011), consegue trazer uma visão mais doutrinária acerca da conciliação, o autor inicia abordando que a conciliação é, “considerada pela doutrina jurídica brasileira como a autocomposição indireta ou triangular, posto existir um terceiro que as auxilia na composição.”(Neto, 2011, p 1). Completa a sua visão colocando a conciliação como o método que, “não requer o conhecimento aprofundado da interrelação das partes em conflito, já que é inexistente. É o caso de um abaloamento de veículos, uma relação de consumo, onde as pessoas não possuem vínculos afetivos”. (Neto, 2011, p 1).

3 Eficiência e celeridade da conciliação e mediação

Analisando fatores que impulsionam o pensamento de eficiência e celeridade no processo de conciliação e mediação, podemos mencionar diferentes ocorrências que podem levar a resultados positivos quanto a realização desses principais meios alternativos de resolução dos conflitos.

Alguns desses fatores foram as realizações diante de momentos de crise, o trabalho intitulado “Mediação e conciliação em tempos de covid-19 (ou além dele) e procedimentos de online dispute resolution:

⁶Conceito usado pelo autor para demonstrar que está ligado à ideia de evitar a resolução de conflitos por meio de acordo. Muitas vezes, isso se refere a situações em que as partes optam por não buscar uma solução conciliatória, seja por desinteresse, desconfiança ou mesmo pela vontade de impor suas próprias vontades.

vantagens e desvantagens das interações síncronas e assíncronas” 2020, de Feliciano, assume um papel importante na busca de conhecimentos que fortalecem esse pensamento.

O trabalho fala abertamente da covid-19, período em que o Brasil enfrentou uma crise sanitária, os sistemas econômicos e sociais foram exponencialmente atingidos, mas um dos meios que precisou adaptar-se para andar em conjunto com as sequelas da crise, foi o sistema judiciário. Observa-se que o Artigo visa justamente relacionar estas consequências jurídicas do isolamento social ao *online dispute resolution*⁷, demonstrando como o uso dos meios digitais pode facilitar e acelerar as formas de resolução da lide através da conciliação e mediação.

O principal objetivo do trabalho de Feliciano que fora mencionado anteriormente, de forma hermética, menciona a Covid-19, essa alusão é feita principalmente para expressar o resultado positivo que o poder judiciário obteve diante do resultado da aceleração que esses métodos puderam proporcionar. O autor segue com a sua compreensão acerca desses resultados, mencionando que a justiça deve saber aproveitar as novas tecnologias que continuam sendo introduzidas na justiça brasileira, conclui também que deve garantir direitos processuais expressos as partes no processo:

Nessa alheta, os novos modelos de resolução de conflitos devem saber aproveitar, o tanto quanto possível, as facilidades das novas tecnologias, “si et quando” permitam respeitar as garantias processuais das partes, a qualidade das respectivas manifestações de vontade e, na espécie trabalhista, o caráter próprio do direito material em perspectiva (que admite transações, mas não admite, em tese e princípio, meras renúncias. (Feliciano, 2020, p. 25).

A necessidade mencionada é a efetivação da lei e garantia de um processo moderno, utilizando destes novos meios como forma de exercer jurisdição para que as resoluções da lide sejam mais rápidas, na forma

⁷Koury ingressou na magistratura trabalhista em 1987, por meio de concurso público. foi presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região, no biênio de 1995/1997. Desembargador aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Mestre em Direito Constitucional pela UFMG. Professor de Direito Processual do Trabalho da Faculdade de Direito Milton Campos.

que os princípios processuais não sejam ignorados. Esta modernização do processo, facilita que os envolvidos tenham suas garantias protegidas, assegurando a todas as áreas do Direito, a devida adequação a seus princípios, no sentido de garantir uma resolução garantista e a igualdade das partes.

Observando que a finalidade da autocomposição é justamente a eficiência e celeridade da solução, logo não existe no nosso ordenamento jurídico, uma resolução processual eficaz, que não proteja os direitos assegurados e a igualdade entre as partes. Por isso que estes meios de resolução de conflitos, foram construídos com mecanismo jurídicos que garantem sua devida eficácia:

A Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015¹⁹ (Lei da Mediação) impõe em seus artigos 1º, 2º e 3º, em síntese, ser a mediação o meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, sendo esta uma atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, que tem por atribuições auxiliá-los e estimulá-los a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia, orientada pelos princípios da imparcialidade, da isonomia entre os litigantes, da oralidade, da informalidade, da autonomia da vontade das partes, da busca pelo consenso, da confidencialidade e da boa fé, podendo ser objeto da negociação, a mediação do conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação. (Feliciano, 2020, p 5)

Ao adentrar ainda mais nas afirmações e sistemáticas pesquisas que utilizaram da mesma temática para mostrar resultados positivos, o site de comunicação de interesses jurídicos informativos, reuniu estudos que correspondem a efetividade da mediação e conciliação. Nessa reunião de dados, Marina Soares Vital Borges apresentou dados relativos à cidade do interior do Mato Grosso, tal estudo revelou que “quando as técnicas de resolução autocompositivas são utilizadas em sessões pré-processuais o índice de acordo é alto (77,4%). Das 93 audiências realizadas, houve acordo em 72 (Redação Conjur, 2022).

Fundamentando ainda mais essas abordagens, Borges ressaltou que “as ferramentas usadas nas soluções autocompositivas têm contribuído

para diminuir a sobrecarga processual e resolver os conflitos, mas não servem para todos os casos.”(Redação Conjur, 2022) Tal pensamento é inevitável quando diferentes perspectivas acerca do modelo são visualizadas. Borges acrescenta ainda mais o incentivo dessas modalidades, toda essa prospecção de incentivos surge da junção dos resultados que obteve

“As sessões pré-processuais ocorrem em casos que ainda não chegaram à Justiça e o incentivo para todos os envolvidos é exatamente esse: evitar os custos da judicialização e a demora da tramitação. As partes têm mais disposição para fazer o acordo. É um recurso que deve ser cada vez mais incentivado. (Redação Conjur. 2022).

Ainda que a pesquisa realizada por Borges tenha se limitado a uma cidade do interior do Mato Grosso, é possível equiparar essas pesquisas a todo o funcionamento de um sistema de pesquisa, outro grande trabalho que dita o funcionamento e embasa estudos concretos acerca da mediação e conciliação é o *“eficácia da conciliação e mediação no âmbito do tjdft”* 2017.

O trabalho de Cardoso consegue conversar quanto à perspectiva de uma efetividade e também de um cumprimento de princípios processuais, ao discernir que em sua análise houve a acentuação de aumento nas conciliações no TJDF⁸, esse aumento todo deu-se em virtude “tudo em virtude da adaptação do Tribunal à nova política pública de conflitos de interesses estabelecidas tanto pela Resolução nº 125/2010, do CNJ, quanto pela vigência do CPC/2015”.(Cardoso, 2017).

O fato principal é que ambos os estudos encontrados evidenciam ainda mais que os métodos alternativos de resolução dos conflitos, possuem preparo para arguir com os principais desafios do sistema judiciário atual, como o congestionamento judicial e a participação mais complexa das partes no processo, todas essas complexidades sanadas conseguem tornar o judiciário brasileiro eficaz, não só quanto a soluções rápidas, mas também aquelas que carregam frequentes mitigações temporais quando se fala de resultados e perspectivas.

⁸Siglas utilizadas para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

4 Considerações finais

As novas formas de resolução de conflitos e seus efeitos práticos no ordenamento jurídico brasileiro, demonstram que as modalidades conseguiram adequar-se a um judiciário lento e as adversidades que surgiram com a evolução do tempo, essas modalidades acabam protegendo os princípios adotados pelo judiciário brasileiro, diminuindo o risco da morosidade nos processos e promovendo uma justiça que garante a devida satisfação dos envolvidos, tal como desafogue o poder judiciário.

A evolução da tecnologia teve repercussão direta nas novas formas de resolver os conflitos. No momento que o Brasil passa adotar os meios digitais como um instrumento diante da lide, a *online dispute resolution* (Resolução de disputa online) fortalecem a conciliação e a mediação, novas maneiras de garantir sua eficácia e prevalecer a celeridade.

São os meios digitais que asseguram a execução da autocomposição diante da pandemia do covid 19, mesmo que o isolamento social impedisse um acesso físico aos ambientes da jurisdição, as formas virtuais levaram para o cidadão uma conciliação e a mediação a distância. Observe que estes novos instrumentos de acesso ao judiciário garantem ao Direito brasileiro sua devida eficácia diante de adversidades e naquele momento, garantiu a sociedade formas democráticas de acesso a resolução dos seus litígios e agilidade do processo judicial.

Ao compreender o acesso à justiça, mencionado por Cappelletti e a democratização quanto a aplicação de princípios constitucionais, é possível entender como a facilitação do resultado e a rapidez, deduz também efetividade. Portanto, é legal que tamanhas contextualizações primitivas mencionadas anteriormente, sejam vistas como acesso a uma formação para a fundamentação de algo que se complementa aos meios de resolução dos conflitos e, mesmo desvinculadas do atual funcionamento do ordenamento jurídico brasileiro, ainda assim se apresenta válida.

O intuito deste artigo, versa em levar a comunidade jurídica a essencialidade de observar novos meios de resolução dos problemas jurídicos brasileiros. disserta-se acerca da conciliação e mediação como instrumentos eficazes conquanto aos litígios no ordenamento jurídico, demonstrando desde de sua natureza jurídica, o intuito que teve o legislador em estimular a autocomposição, como forma de resolução célere da lide, até dados que demonstram a eficácia da execução de audiências de conciliação e mediação, concluindo que a

efetivação do processo judicial é fortalecida e evoluída quando resolvida pelos meios de autocomposição.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram encontradas dificuldades em relacionar os dados existentes, acerca da autocomposição, quanto aos números de satisfação do feito, dados comparados de conciliação para a mediação, considerando que todo caso tem sua especificação, assim como demonstrar em números a definitiva satisfação.

Considerando os fatores que mencionamos, desde da eficiência da conciliação e mediação e as formas digitais de acesso, urge uma necessidade de aprimoramento destes instrumentos, primeiro que considerando a realidade de nosso país, é necessário que os tribunais observem a execução das audiências de autocomposição, considerado suas especificações essencialmente nos casos em que os envolvidos estejam em vulnerabilidade social, considerando isto, surgem novas problemáticas.

A problemática do acesso à tecnologia pelas partes, mesmo que os tribunais disponibilizem em suas sedes, devemos considerar que é necessário que a parte sem a tecnologia ou até com desconhecimento de sua existência, possa entender e ficar tranquila diante da audiência, assegurando a ela o devido respeito e garantindo que a autocomposição seja efetiva.

Cabe aos tribunais, estimular com veemência a autocomposição, no sentido em que não entenda as partes, como somente uma forma de resolver rapidamente, gerando a ela qualquer prejuízo, deve sempre rememorar, que a autocomposição é a forma consensual e efetiva na melhor resolução da lide.

Com estímulos e o devido respeito e conhecimento, conseguimos desenvolver maneiras de fortalecimento da autocomposição, em entendimento direto de tudo isso, vem a figura do advogado, que também deve reconhecer a importância da autocomposição e levar a seus clientes, como forma de democratizar o acesso, que os instrumentos de resolução de conflitos podem assegurar meios céleres e necessários, diante de um processo moroso e denso, protegendo os seus direitos e garantindo um acesso igualitário.

Referências

BARROS, Juliana Letícia. *Conciliação e mediação: a celeridade da efetivação extrajudicial nos trâmites processuais e a proteção do princípio da garantia da dignidade da pessoa humana*. 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/conciliacao-e-mediacao-a-celeridade-da-efetivacao-extrajudicial-nos-tramites-processuais-e-a-protecao-do-principio-da-garantia-da-dignidade-da-pessoa-humana/1525316884>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. [Código de Processo Civil (2015)]. *Código de processo civil de 2015*. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à justiça*. 1988, v 2002. Sergio Antonio Fabris Editor Porto Alegre, 1988. Reimpresso em 2002.

CARDOSO, Jéssica Ferreira. *Eficácia da conciliação e mediação no âmbito do tjdf*. 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nupemec/convenios-e-credenciamento/programa-de-suporte-a-pesquisa-academica/monografias/eficacia-da-conciliacao-e-mediacao-no-ambito-do-tjdft-por-jessica-ferreira-cardoso-bacharel-em-direito-pelo-centro-universitario-estacio-de-brasilia>. Acesso em: 29 out. 2024.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão. BRAGA, Taís Batista Fernandes. *Mediação e conciliação em tempos de covid-19 (ou além dele) e procedimentos de online dispute resolution: vantagens e desvantagens das interações síncronas e assíncronas*. *Revista Jurídica Luso-Brasileira, Ano 6 (2020), N.º 6*. 2020. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/6/2020_06_0635_0659.pdf. Acesso em 17 out.2024.

FERREIRA, Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães. MOTTA, Ana Bárbara Barbuda Ferreira. *O sistema multiportas como propulsor do acesso à Justiça no âmbito do juizado de Fazenda Pública*. 2020. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/juizadosespeciais/images/>

pdf/REVISTA_NOVATIO/07_REVISTA_NOVATIO_1a_EDICAO_ARTIGO_05.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

KOURY, Luiz Ronan Neves. Mediação e Conciliação no novo código de processo civil: seus desdobramentos no direito processual do trabalho. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3. Região*. Belo Horizonte, v. 60, n. 91, p. 179-189, jan./jun. 2015. Revista LTr: Legislação do Trabalho. São Paulo, v. 80, n. 4, p. 414-419, abr. 2016.

MUNIZ, Carla. *Tipos de pesquisa*. 2024. Disponível em: <https://www.significados.com.br/tipos-de-pesquisa/>. Acesso em: 12 out. 2024.

NETO, Adolfo Braga. *A mediação de conflitos e suas diferenças com a conciliação*. 2011. Disponível em: . Ace Revista Jurídica Luso-Brasileira, Ano 6 (2020), N.º 6. 2020. Acesso em: 16 out. 2024.

PORTO, Marcos Ítalo De Araújo. *Mediação e Conciliação: da análise histórica e da evolução normativa no Brasil - Curso de direito*. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC. 2021.

REDAÇÃO CONJUR. *Estudos apontam eficiência do uso da mediação e da conciliação*. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jun-12/estudos-apontam-eficiencia-uso-mediacao-conciliacao-justica/>. Acesso em: 26 out. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. 1941. *Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]* Antônio Joaquim Severino. 1. ed. São Paulo : Cortez, 2013.

SOLANO, Luisa Maria Moreira. *A crise do Judiciário e o Sistema Multiportas de solução de conflitos*. 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos-a-crise-do-judiciario-e-o-sistema-multiportas-de-solucao-de-conflitos/575316098>. Acesso em: 16 out. 2024.